



ALDEIAS E POSTOS INDÍGENAS DO SPI E FUNAI

Ítala Irene Basile Becker

Mestre em História Ibero-Americana. Pesquisadora do Instituto Anchieta de Pesquisas - UNISINOS. Órgãos financiadores: CNPq e UNISINOS.

Colaboração de Luís Fernando da Silva Laroque.

O presente artigo apresenta as diferentes aldeias ou postos kaingáng aos cuidados do SPI e FUNAI no Estado do Paraná. Nele se faz o relato mais completo possível desses assentamentos assim como de seus chefes ou caciques. Procura ressaltar a atuação dos mesmos no processo de conquista e colonização do Estado em questão retrocedendo, por razões óbvias, aos séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Kaingáng; Estado do Paraná; FUNAI; Brasil.

The paper presents the different villages and “postos” of the Kaingáng indians in care of the SPI (Serviço de Proteção aos Índios) and FUNAI (Fundação Nacional do Índio) in the federal state of Paraná. In the most complete way it informs about the history of the settlements and their chiefs or “caciques” and puts in relief the involvement of the caciques in the defense of their tribes when the territory was invaded and conquered. Sometimes the history goes back to the eighteenth and nineteenth century.

Keywords: Kaingáng; Paraná State; FUNAI; Brazil.

Este artigo faz parte de uma pesquisa maior sobre os índios do Paraná, que deverá ser publicada sob a forma de livro pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

A *ldeias e Postos Indígenas do SPI e FUNAI* trata das diferentes concentrações ou aldeias do grupo Kaingáng no século XX. Para este século destacamos os Campos de Guarapuava e os Campos de Palmas, para os quais os dados nos parecem um pouco mais claros, mais abundantes e mais próximos, mesmo considerando que suas histórias retrocedem aos séculos XVIII e XIX.

Os Postos Indígenas do Paraná para o século XX estão ligados ao SPI a partir de 1910 e à FUNAI desde 1970. Antes destes, entretanto, outras concentrações ou postos, também denominados aldeamentos, são localizados.

Segundo Boletim nº 1, setembro de 1994, do Núcleo de Educação Indígena do Paraná - p. 8, as áreas indígenas do Paraná são 17 (ver Mapa). De sul para o norte são: Palmas, Chopinzinho, Rio da Areia, Ilha Cotinga, Mangueirinha, Ocaí, Rio das Cobras, Marrecas, Faxinal, Ivaí, Queimadas, Mococa, Pinhalzinho, Apucarantina, São Jerônimo, Barão de Antonina e Laranjinha (NEI, 1994). No artigo contamos a história dos postos e de seus caciques mais conhecidos por mesorregiões.

NO NORTE CENTRAL PARANAENSE

Posto Indígena de Apucarana: é assim denominado nos diferentes estudos de Helm, bem como por Tempisky (1986:35). Às vezes é referido como Apucarantina, cuja denominação acreditamos possa advir do Rio Apucarantina,

localizado em suas proximidades. A área do Posto é de 6.300 has. A população total é de 354 indivíduos (Coelho dos Santos, 1977:119). A população estudada foi de 250 a 270 Kaingáng (CIMI, 1979).

Segundo Boletim do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de 1979, o Posto teria sofrido grande perda territorial.

O acesso a Apucarana se faz por Londrina/Tamarana em 3 a 4 horas. De Tamarana ao Posto vão de 4 a 5 quilômetros a pé ou a cavalo.

Estudado em 1975/79, por Helm, com o objetivo de repensar a situação do “índio integrado” frente à Sociedade nacional seria, como os demais Postos, o resultado do processo de ocupação ou colonização do norte do Paraná, especialmente pela atividade cafeeira, em menos de 50 anos. Nela se destaca a atuação da companhia de Terras do Paraná, mais tarde Companhia Melhoramentos do Paraná.

O Posto Indígena de Apucarana estaria no sopé da Serra do mesmo nome, no município atual de Apucarana, não muito distante de Londrina, entre os rios Tibagi a leste e Ivaí a oeste que, com os seus vários afluentes, irrigam suas terras, possibilitando a pesca e a caça, outrora abundantes.

Conforme CIMI, 1979, está no município de Londrina, Diocese de Londrina.

De clima temperado, a Região de Apucarana registra geadas ocasionais, com uma vegetação de mata subtropical, sacrificada pela agricultura, mormente do café. É hoje um misto de floresta, capoeira, pastagem e campos próprios para a agropecuária.

A economia kaingáng de subsistência resulta de pequenas roças individuais (por família), de milho, feijão, raras verduras. Não comporta qualquer excedente, mas propicia a pequena troca de produtos de consumo. Registra-se a criação de galinhas e porcos. Poucos têm cavalos e vacas. Criam cabras para consumo e comércio. Não aproveitam a lã e não tomam o leite porque “o têm como algo sujo porque saído do corpo desses animais” (Hanke, 1947:68). Dada a situação atual, posterior a 1975, outra saída para a sua economia é o emprego nas fazendas como mão-de-obra assalariada.

Próximo ao Posto de Apucarana vivem algumas famílias que se distribuem pelos Toldos de Moreiras, Rio Preto e Apucarana. Afora estas concentrações se dispersam algumas famílias que, como as do Posto, se abrigam em casas de madeira.

“A maior parte da população Kaingáng está concentrada nas proximidades da sede e dezoito famílias estão no lugar denominado “Barreiro”. Na sede mora o cacique e no Barreiro um sub-cacique, subordinado àquele. O problema de Apucarana, do ponto de vista étnico é complexo; são Kaingáng em maioria, Guarani, camponeses sem terra, intrusos e arrendatários” (Helm, 1979:84).

O Posto Indígena de Apucarana tem como administrador legal um chefe do SPI. Pelo que se deduz do texto, dividiria sua atuação com um chefe índio - cacique - apoiado num “conselho indígena” com função mais consultiva do que deliberativa. Fazem certa oposição ao chefe designado pelo SPI, mas “as discordâncias entre o Conselho Indígena e o chefe do Posto não são claramente colocadas no discurso e as contradições se afiguram veladas” (Helm, 1979:211). Esse chefe talvez seja o Senhor Eduardo Stein chamado pelo autor de “encarregado do Posto”.

O Posto de Apucarana “possui duas colônias” onde se localizam as casas dos índios, que também se distribuem por toldos dispersos na encosta da Serra (que formariam as concentrações referidas ?). Conta o Posto com uma Escola e uma enfermaria.

Da área indígena, as melhores terras estão alugadas a terceiros e as roças kaingáng são feitas nos terrenos mais acidentados e de solo menos fértil. “Dessas áreas tiram água, lenha, frutos silvestres e criam animais e aves” (Helm, 1979:210).

Submetidos a um processo coercitivo de mudança cultural, os aspectos mais gritantes se referem à sociabilidade quase idêntica à dos caboclos; a perda da autoridade cacical, variável de acordo com os interesses; a perda da identidade relativa às lendas, à espiritualidade, à medicina geral, aos conhecimentos tradicionais. À identificação individual acresce, ao nome indígena, um nome português que preferem primeiro.

Permanecem entretanto ligados à sua medicina, aos cuidados no preparo da bebida sagrada, do veneno para as pontas de flechas, dos cuidados para com a parturiente e do banho do recém nascido com flores de corticeira. Também continua a tradição artesanal em bambu, quer seja utilitária ou ornamental, com desenhos e cores variados.

Segundo Helm, 1979, a identidade étnica kaingáng no Paraná pode ser vista sob duas facetas: o Kaingáng dentro de seu grupo compartilha da mes-

ma língua, traços culturais e organização grupal. Em contato com o branco, para quem “vende sua força de trabalho”, estabelece relações de trabalho e troca com representações diferentes, especialmente no Posto de Apucarana, estudado pela autora com mais profundidade. Uma característica própria dos índios de Apucarana é a sua excentricidade; segundo a mesma são muito fechados.

Informações mais recentes vêm de uma reportagem realizada por Ana Dalla Pria e apresentada pelo Globo Rural (TV Globo) em 1996 como Reserva Indígena Kaingáng, Londrina, cujo texto transcrevemos em outro texto na íntegra (Dalla Pria, 1996).

Como chefe ou cacique de Apucarana anotamos Paulino.

Cacique Paulino: é citado entre os Kaingáng estudados por Helm como “Don Paulino”, um indivíduo bom, inteligente, a quem a pesquisadora deve os conhecimentos do idioma kaingáng, bem como à sua mulher dona Rosa.

O nome indígena e a idade de Paulino não constam. Desde a sua infância teve contato com os brancos e fala o português. Entre 1930 e 1931 foi designado para auxiliar na pacificação dos Kaingáng de Laranjinha, onde se formou o Posto Indígena do mesmo nome.

Paulino é conotado como o índio mais inteligente de toda a Serra. Vive em **Moreiras**, toldo próximo, com sua mulher Rosa, filhos e netos. “Sua casa é bastante movimentada por hóspedes que ficam aí dias ou apenas horas”. A Paulino se deve a maioria dos dados “sobre o idioma Kaingáng de Apucarana” (Hanke, 1947:71-72).

Posto Indígena de Tamarana: está no município de Londrina. Participa da mesma situação climática desse município, onde se destacam as terras roxas ótimas para o café, entre outros cultivos, assim como para uma pecuária diversificada.

Tamarana como Posto indígena tem 6.390 has e 360 índios (Tempski, 1986:35).

Até 1943, Tamarana pertencia a Londrina com o nome de São Roque, no conjunto das cinco aglomerações urbanas, com um total de 650 habitantes (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959:343-345).

Tamarana, onde possivelmente se encontra o Posto com o mesmo nome, consta no Mapa Rodoviário do Paraná, 1985, como Vila à margem do Rio Apucarantina. Até o presente não encontramos mais dados sobre o Posto.

Posto Indígena de Faxinal: conforme Tempisky (1986:35) se localiza no município de Cândido de Abreu, com 192 Kaingáng e 2.098 has. Coelho dos Santos (1977:179) lhe atribuiu uma população de 250 índios.

Com o mesmo nome de Faxinal consta uma localidade pouco mais acima, no atual município de Faxinal, ambos sobre a margem esquerda do Rio Ivaí, entre os Postos Indígenas de Tamarana ao norte e o de Ortigueira ao sul (Mapa Rodoviário do Paraná, 1985).

Segundo “Áreas Indígenas do Sul do Brasil” (CIMI, 1979), Faxinal pertence à Diocese de Guarapuava, tem uma área de 2.010 has e 150 Kaingáng.

A diferença numérica possivelmente seja o resultado da redução de seis áreas indígenas do Paraná entre as quais se inclui Faxinal.

Toldo de Ubá: sua história remonta a fins do século passado quando um grupo de aproximadamente 95 índios “coroados”, liderados pelo cacique Paulino Arak-xó, encontram-se aldeados nas margens do alto Ivaí, no lugar chamado Porteirinha, próximo de Barra Velha.

Segundo Tadeu Mota o impasse sobre as terras deste Toldo só seria resolvido pelo Decreto nº 8, de 9 de setembro de 1901, assinado pelo governador Francisco Xavier da Silva. Com esse Decreto ficariam reservadas as terras entre os rios Ubaizinho, Ivaí e Ribeirão do Jacaré, na Região norte do Paraná para o estabelecimento dos indígenas, no atual município de Cândido de Abreu.

Posteriormente, na década de vinte deste século, ocorrem novos impasses devido a troca de terras indígenas localizadas à margem direita do Ivaí, entre os rios do Peixe e Jacaré, por outras situadas entre os rios Barra Preta e Mangueirinha, conforme Decreto Estadual nº 204, de 17 de abril de 1913 (Tadeu Mota, 1994:250).

Devido a esta troca de terras e a ocupação pelos brancos, os índios kaingáng do Vale do Ivaí, sob a chefia do Cacique Arak-xó, revoltam-se com os fatos, conforme consta em sua biografia.

Cacique Paulino Arak-xó: também é conhecido como Paulino Dotahy. Sua atuação começa desde 1880 quando, inicialmente, esteve em Curitiba e

mais tarde em Ponta Grossa, declarando-se representante dos índios aldeados às margens do Rio Ivaí.

Reivindica ferramentas, um alambique para o fabrico de aguardente e rapadura e a concessão de terras entre os arroios Porteirinha e Índio, com duas léguas de comprimento por uma de largura (Tadeu Mota, 1994:248).

Em 30 de maio de 1880 aparece, num Relatório enviado à Secretaria da Fazenda, a descrição de negócios onde este cacique teria recebido a importância de 49 mil reis.

A atuação de Paulino não para; nas viagens pelo Vale do Ivaí, em 1896, o general José Cândido Muricy, a serviço do governo paranaense, teve dois encontros com Arak-xó. O primeiro se deu na Vila de Teresinha onde estava acompanhado de um grande número de índios do Toldo de Ubá. A segunda ocasião foi sobre a barranca do Rio, onde encontrava-se em pé com roupas militares antigas e armado com grande porrete de guajuvira. Isso tornou-se motivo de chacota e ridicularização pelos homens que compunham a expedição de Muricy.

Novamente temos a participação ativa de Paulino Arak-xó na defesa das terras indígenas, o que foi motivo de um artigo do Jornal “A república de Curitiba”, noticiado em 02 de abril de 1923:

“Os índios do capitão Paulino ameaçam invadir a Colônia Ivaí (...). O Índio que chefia agora a reclamação e que sempre a manteve junto ao Serviço chamado de Proteção, é o notável cacique Paulino Arak-xó, que esteve mais de uma vez nessa capital defendendo os direitos de sua tribo e de sua raça”.

Este cacique, através de seus relatos orais, também conta a Telemaco Morosine Borba, a História do Dilúvio entre os Kaingáng, conhecida como a “Lenda do Krinjimbé”. Essa lenda o Cacique ouviu da mãe de sua mãe, a qual a ouvira de seus progenitores, bem como a história da formação de sua tribo. Arak-xó era, pois, a memória viva de sua tribo. (Borba, 1905:61; Ermelino de Leão, 1910:229-230)

Posto Indígena do Ivaí: foi estudado por Baldus e Ginsberg (1947); sua localização exata está entre a margem esquerda da parte superior do Rio Ivaí e a Vila de Pitanga, no município atual de Manoel Ribas. Recenseamento

do SPI, 1944, aponta 326 índios kaingáng. Supõe-se haver antepassados seus nos primeiros decênios do século XIX na Região de Guarapuava, do que resultaram relações de contatos diretos e indiretos.

Tempiski (1986:35) dá a mesma localização no município de Manoel Ribas, sem maiores detalhes. Teria uma área aproximada de 7.200 has. Sua população gira em torno de 400 a 500 indivíduos kaingáng, embora estudos recentes assinalem também a presença de mestiços (Tempiski, 1986:35). Segundo Boletim do CIMI, 1979, a população kaingáng é de 542 indivíduos que pertencem à Diocese de Guarapuava.

O Posto Indígena do Rio Ivaí é uma área de terra proveniente das reservas indígenas demarcadas no Paraná desde 1910 a 1915. O solo da reserva é coberto de mata, boa fertilidade com pouco predomínio da Araucária. É bastante rica em caça de pequeno e médio porte.

O Posto indígena do Rio Ivaí sustentou, em 1913, grandes conflitos por causa da permuta de terras de parte da área original, por uma porção à margem oposta do Rio Ivaí, proposta pelo Governo do estado. Essa porção não foi devidamente delimitada gerando conflito com os colonos entrantes nessas terras indígenas. O resultado final dos conflitos foram os massacres de 1923, na Serra da Pitanga, hoje município do mesmo nome, num revide dos colonos. Isso resultou no Decreto nº 128, de 1924, que delimitou novas terras para os índios.

Estudo publicado em 1953 mostra o resultado de um psico-diagnóstico miocinético aplicado em 32 indivíduos kaingáng (27 homens e 07 mulheres, com idades entre 16 e 32 anos).

Para maiores esclarecimentos veja-se, Miranda de Menezes (1953:343-356).

Com relação às chefias indígenas nada localizamos.

NO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

Posto Indígena Barão de Antonina: aparece como sediado no município de São João da Serra. Não encontramos esse município nos mapas mais atuais disponíveis. Pensamos que poderia estar localizado no atual município de Bandeirantes que, “até 1920 era Sertão bruto habitado apenas pelos índios kaingáng”.

Esse Sertão veio a formar os municípios de “Bandeirantes e Cornélio Procópio”. Justificaria, a nosso ver, o nome de São João, a venda, em 1926, da gleba de terras da Fazenda Laranjinha, de propriedade de Dona Josefina Alves de Lima a “João Manoel dos Santos” e a doação de uma “dada de terras” a João Cravo, agregado da mesma Dona Josefina.

Posteriormente ocorreram novos desmembramentos, entre os quais o Município de Santa Amélia, pouco mais ao sul (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959:58-59). Contrária à informação da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o Posto Barão de Antonina, conforme Regional do CIMI, Paraná, 1979, consta como área dada pelo Governo imperial para que se estabelecesse um aldeamento no município de São Jerônimo da Serra, Diocese de Coronel Procópio.

A doação da terra data de 1859, provável ano de sua fundação, tendo como dirigente o frei capuchinho Thimoteo de Castelnuevo. Em 1910, Barão de Antonina passa para o SPI, subordinado ao Ministério da Agricultura. Posteriormente, de uma área de 4.914 has teve sua área reduzida, cabendo aos índios “dois pedaços ínfimos da área regional”.

Coelho dos Santos (1977:119) registra uma população de 342 habitantes e, por sua indicação no mapa, acreditamos na possibilidade do que acima aventamos. O CIMI, 1979, registra 300 Kaingáng conforme dados de 1976-78.

O Posto Indígena Barão de Antonina, próximo ao Rio Tibagí, vive ainda conforme notícias do mesmo CIMI, 1979, em constante atrito com os posseiros que ocupam “praticamente a totalidade de uma das partes em que está dividida a área indígena”.

A reação dos índios, em vista dos fatos, é a retomada de suas terras, ocupando, pouco a pouco, cada pedaço de terra plantada ou colhida, assim como cada galpão vago, construído ou não (CIMI, 1979).

Não anotamos caciques para este Posto.

Posto Indígena de São Jerônimo da Serra: segundo Hanke (1947), é menor que o Posto da Serra de Apucarana, na Região Norte. Foi também conhecido pelo Cacique Paulino em suas andanças pela área.

O Posto de São Jerônimo resultou da Colonização dos “Sertões do Jatahy”, onde se localiza o atual município de São Jerônimo da Serra. Teve sua

origem na abertura de uma picada por determinação do Barão de Antonina, visando facilitar a comunicação com o Mato Grosso do Sul via Tibagí-Paranapanema-Ivinheima-Brilhante.

Designado também como Aldeamento Indígena de São Jerônimo da Serra, localizou-se, mais precisamente, no divisor de águas São Jerônimo-Tibagí e mais próximo do ribeiro conhecido como Rio Tigre, por sua vez, com o São Jerônimo, afluente da margem direita do Rio Tibagí.

A Região, habitada por índios kaingáng, teve a colaboração militar como incentivo à catequese e busca de mão-de-obra para o Paraná. O Aldeamento teria iniciado por volta de 1867. “Em 1870 Frei Luís de Cemitilli fez erigir uma pequena capela sob a invocação de São Jerônimo, padroeiro do Aldeamento. Daí por diante ficou conhecido por Aldeamento de São Jerônimo”.

Situado no antigo caminho que ligava a Colônia Militar de Jataí - 1851 - à capital do Estado, foi aos poucos sendo conhecido por viajantes que por ali passavam, muitos dos quais fixaram residência formando assim “um pequeno arraial”. Posteriormente, pelo afluxo de novos contingentes, o Aldeamento Indígena de São Jerônimo foi elevado à categoria de município, em 1920, desmembrando-se do Município de Jathay (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959).

O Aldeamento de São Jerônimo da Serra foi o último a emprestar resistência ao Projeto de Colonização geral do norte do Paraná. Foram entretanto os seus índios absorvidos, assim como devastada a mata que ia das barrancas do Rio Paranapanema, em Ourinhos, através dos vales do Tibagí, Ivaí até as margens do Paraná pouco acima do Rio Iguazú. Os Kaingáng dessa área foram redistribuídos para as comunidades ainda existentes em Palmas, São Jerônimo ou Apucarantina (Moreira Neto, 1971:400).

Com a doação das terras, a sede do Aldeamento de São Jerônimo transformou-se na cidade do mesmo nome, restando aos Kaingáng pequena parcela de terra onde hoje fica a Reserva Indígena de São Jerônimo (Tadeu Mota, 1994:84).

Telemaco Borba, “que por longo tempo conviveu com os Kaingáng como administrador do Aldeamento de São Jerônimo, em 1865 e mais tarde, em 1880 nomeado diretor dos índios da cidade de Tibagí, escreveu uma das primeiras monografias sobre eles”. Pelas colocações de Borba, o Aldeamento de São

Jerônimo da Serra pode recuar para o século XIX, sendo os seus componentes os índios vindos dos campos de Castro e de Guarapuava (Tadeu Mota, 1994:72).

O Posto Indígena de São Jerônimo da Serra recebe, em 1930, a visita de Lévi-Strauss quando aborda também a questão do isolamento e refúgio dos índios do Posto Indígena de Laranjinha, quando, questionando o alojamento dos índios, pergunta, “em que abrigos se alojarão eles (índios) no fundo dos bosques?” (Lévi-Strauss, *apud* Tadeu Mota, 1994:186).

Lévi-Strauss (1973:141-148), ao falar nas determinações do Governo brasileiro sobre concentrações de índios, refere a Aldeia de São Jerônimo, na qual se instalara. Descreve os recursos dos mesmos índios kaingáng, na região do Tibagí. Linhas adiante, diz: “*La reserva de San Jerónimo se extiende sobre unas 100 Hectáreas, poblada por 450 indígenas que se agrupan en cinco o seis caserios*”. Essa população, em virtude de surtos de malária, tuberculose e o alcoolismo teria decrescido para 170 indivíduos enquanto que a mortalidade infantil alcançaria a 140 indivíduos. Descreve, em continuação, seu modo de vida, seus utensílios e seus tipos de casa. Acreditamos que “reserva” tenha sido impropriedade de termo pois que outros autores o referem como Posto de São Jerônimo.

Posto Indígena de Laranjinha: aparece grafado como Laranjinhas, no nordeste paranaense, no Município de Santa Amélia, Microrregião 279, sobre o Rio do Peixe, a oeste. Por sua vez, o Município de Santa Amélia é atravessado pelo Rio Laranjinha, que praticamente corta a região.

Em Hanke (1947:72), é grafado como Laranjinha, no singular e onde, “um resto dos índios Kaingáng chamados “Kakron”, que significa “aves”, foram amansados pelo cacique índio Paulino, do Posto Indígena de Apucarana, que também colaborou na formação do Posto Indígena de Laranjinha.

Os Kaingáng “Kakron” não possuíam mais do que arcos, flechas, bate-dores e machados de pedra. Não usavam vestimentas nem adornos. Pouco mais tarde teriam sofrido uma epidemia de sarampo, segundo informações do mesmo Paulino.

A área do Posto é de 170 has e abriga uma população de 84 índios Guarani e 2 Kaingáng (Tempski, 1986:35).

Por Boletim do CIMI, 1979, pertence à Diocese de Jacarezinho, com os mesmos 170 has e a população de 86 indivíduos, sem outra especificação.

Nada mais encontramos sobre esse Posto, além da informação de Coelho dos Santos (1977:119) sobre a população total de 104 indivíduos, no qual conferem também as indicações de localização.

Pensamos que a maioria Kaingáng, apresentada por alguns autores, esteja condicionada aos dados de 1979, cedidos pela FUNAI.

Até 1924, registra-se a presença de índios nas matas entre os rios Tibagi e Laranjinha, no norte do Estado, que enfrentavam os esforços desenvolvidos pelo Posto Indígena de Laranjinha para atraí-los ao seu meio. “Provavelmente, segundo Tadeu Mota, eram Kaingáng que já haviam tido contato com os brancos, e que tinham vivido ou viviam em alguma reserva ou em São Jerônimo e se deslocavam para essa região no inverno, em busca de caça e pesca. No entanto, consideravam aquelas terras como suas”.

A comprovação nos vem da afirmativa de que “no Laranjinha, até hoje, os Kaingáng continuam arredios, isolados de qualquer contato” conforme Martins Franco (*apud* Tadeu Mota, 1994:186).

Neste mesmo autor aparecem dados mais significativos sobre a polêmica do alojamento desses índios em tentativas quase infrutíferas, assim como informações numéricas. Em 1880, quando da visita do Imperador D. Pedro II ao Paraná, 18 índios do Aldeamento de São Jerônimo foram à Capital. Em março de mesmo ano também estiveram na Capital os caciques Francisco Gacon, Paulino Dotahy e Joaquim Lehereu, todos dos novos aldeamentos de Guarapuava (Tadeu Mota, 1994:190). Em 03.04.1881/84 estiveram na cidade, alguns Kaingáng, em número superior a 28 indivíduos.

Posto Indígena de Pinhalzinho: é registrado logo abaixo do Posto de Laranjinha, direção leste (Coelho dos Santos, 1977:119). Tem apenas 6 habitantes. Não o localizamos em mapas atuais, mas, conforme Mapa do NEI, Paraná 1994, consta no NE paranaense, mais ou menos próximo a Jacarezinho, entre os rios Itararé e das Cinzas (NEI - Boletim nº 1, 1994).

Não possuíamos outros dados além do Boletim do CIMI, 1979, segundo o qual Pinhalzinho, antes de ser desativado, teve os índios guarani aí residentes transferidos para o Posto de Araribá, em São Paulo e Laranjinha, no Paraná.

Seus ranchos foram queimados, o que não impediu que uma velha índia guarani voltasse ao Pinhalzinho, juntamente com sua filha.

Pinhalzinho poderia, pois, ser um aldeamento guarani intrusivo.

NO CENTRO SUL PARANAENSE

Campos de Guarapuava: Em todo o desenrolar da história de Guarapuava, nota-se que o móvel principal de interesse era a ligação Brasil-Andes. O século XIX é uma contínua movimentação belicosa que se instala desde os primeiros momentos, entre índios e autoridades, no geral representativas dos interesses colonizadores - agricultores, criadores, mineradores, etc. O século XX é uma extensão ininterrupta desse processo, marcado também pelos mesmos fatos e aguçado pelos desmembramentos dos Campos de Guarapuava. De 1910 a 1935 eles são uma continuidade. Fraciona-se a área inicial de Campos de Guarapuava de 54.450 km² numa equivalência de ¼ do total do estado do Paraná, de grande importância econômica hoje como então, pela exploração madeireira, criação de gado, agricultura diversificada, onde teve destaque a cafeicultura. Presentemente ela parece ceder lugar à soja, à cana, ao milho, entre outras forrageiras mais procuradas.

Guarapuava, conforme dados estatísticos de 1950, contava 67.436 habitantes e uma área de 11.639 km² e 13 distritos judiciários (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959).

Campos de Palmas: também sofreu, como Guarapuava, com o processo de conquista e colonização, ainda que buscasse por algum tempo permanecer incógnito. Isso muito influenciou a situação indígena, conforme podemos ver no histórico sobre a Fundação dos Campos de Palmas. Os Aldeamentos ou Postos aí registrados seriam, pois, o resultado da Conquista dos Campos que teria levado os Kaingáng mais arredios a se embrenhar no interior das matas. Some-se a estes alguns índios advindos dos Campos de Guarapuava.

Possivelmente para resolver essa situação criam-se os aldeamentos a seguir relacionados.

Posto Indígena de Guarapuava: localiza-se no município de Guarapuava, em sua porção sudeste, acima dos Campos de Palmas, mais ou menos entre os rios Jordão e Piquirí.

Tem uma área de aproximadamente 17.020 has, onde vivem aproximadamente 350 Kaingáng (Tempski, 1986:35), dados que conferem com os do Boletim do CIMI, 1979. Segundo Coelho dos Santos seriam 338 indivíduos. Pertence à Diocese de Guarapuava.

Sobre as chefias não encontramos nenhuma referência, mas acreditamos na possibilidade da continuação dos chefes do passado em razão da situação conflitante que viveu Guarapuava, bem como a sua região.

Posto Indígena de Palmas: é resultante das primeiras bandeiras povoadoras que partem de Guarapuava para os Campos de Palmas, aproximadamente em fins do século XVIII e inícios do XIX. É possível que se encontrasse no atual município de Palmas, não muito distante de Campo-Erê, no sudoeste paranaense. Sua história remonta pois ao século passado.

Em 1840, o Capitão Hermógenes Carneiro Lobo consegue a confiança de Vitorino Condá ou Candoi - chefe principal da horda selvagem da Região de Palmas - que é transferido do seu Toldo da Campina Iranim “composta de 16 cabanas e 177 índios mansos” (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959:340) para os limites da futura povoação. Juntamente com Condá foram encontrados mais dois índios com suas famílias, num total de mais 11 pessoas.

Mais tarde as expedições penetram em Campo-Erê, onde conseguem a confiança de outro cacique, Virí, que também se mudara com seus índios para as proximidades desse agrupamento.

Loureiro Fernandes (1941:163) descreve os silvícolas aldeados em Palmas como fornecedores de forte apoio aos fazendeiros, devido à inimizade que lhes votavam outros selvagens pois, “(...) no assalto de 4 de março de 1843 um considerável número de selvagens atacou a nascente povoação. Estes índios comandados pelo Paiban Vaitom visavam o extermínio dos povoadores e como não conseguiram interessar Virí e sua gente planejavam atacá-los de improviso para depois darem o golpe sobre os cristãos”.

Como Condá estava ausente, achando-se em São Paulo, Virí comandou toda a horda kaingáng no Posto de Palmas, derrotando os índios inimigos e incurralando-os junto ao desfiladeiro de Iataimbé (?).

Ao retornar de São Paulo, Condá encontra parte de sua gente sublevada em favor de Virí, o que resultou em desavença e na divisão da horda em duas. Condá e seus partidários afastam-se do Posto de Palmas para o Campo do Chopim

distante umas 8 léguas, na confluência dos rios Iguaçu e Chopim. Virí permanece com sua gente, mais ou menos 80 indivíduos, junto aos moradores de Palmas.

A desavença entre o Chefe Condá e o novo Comandante do Destacamento, Pedro Siqueira Cortez, teria contribuído para o afastamento do chefe índio, com o qual as discordâncias vinham de tempos.

Por outro lado, como o governo oficial não tinha uma política especial com vistas a Palmas, que carecia de recursos humanos tanto para proteger os colonos, como para catequizar e civilizar os índios, Condá e Virí, como chefes, colaboravam nesse sentido. Loureiro Fernandes, antes citado, relata muito bem esta situação quando os moradores da Freguesia de Palmas pedem segurança ao Presidente da Província porque Virí partiria com seus índios para o sertão. A ajuda aos fazendeiros, entretanto, só ocorre durante a chefia de Virí e Condá que, embora atuando como bugreiros junto aos brancos, continuavam como lideranças de prestígio entre os índios aldeados em Palmas. Com a morte dos chefes a situação torna-se novamente crítica, tornando bastante difícil a continuidade dos aldeamentos ao longo do Rio Iguaçu.

Schaden narra a história de um fazendeiro de Guarapuava, que se impressiona ao passar pelo Posto de Palmas, pois encontra um índio que o enfrenta em plena rua, apontando para uma cicatriz que trazia na testa, devido a um confronto que tiveram, dizendo-lhe: “Senhor Pedro, esta marca lhe vai custar caro”. Mais tarde o índio soube da morte do desafeto e lamentou profundamente, pois não poderia mais vingar-se (Schaden, 1958:106-107).

Em 1857 e 1865, o Aldeamento de Palmas é descrito em Relatório do Presidente da Província do Paraná como o único que apresentava uma situação mais ou menos regular, ainda que continuasse a falta de missionários, assim como um projeto que pudesse contribuir para a prosperidade dos índios que viviam expostos à indigência. “Os índios aldeados de Palmas - 1857 - se dizem mansos e vivem em completa ociosidade, que só abandonam para realizar expedições punitivas contra outros índios encomendadas pelo governo ou fazendeiros da Região. Constantemente armados e abandonados aos seus instintos, não sei se deva considerá-los mais como um perigo do que como um meio de defesa para a nascente povoação de Palmas” (Pires e Ramos, 1980:188).

Atualmente o Posto tem uma população de aproximadamente 294 pessoas.

População: 1863 – 250 “coroados” mansos (Tadeu Mota, 1994:83). Por volta de 1839 – ±15 pessoas, índios de Condá (Pinto Bandeira, 1851:388).

Como chefes indígenas registramos para o Posto de Palmas: Condá, Virí e Vaiton.

Cacique Victorino Condá: teve atuação decisiva nos municípios de Palmas e Guarapuava, além de ter contribuído para a abertura de uma estrada que vai dos Campos de Palmas até as Missões do Rio Grande do Sul (Von Ihering, 1895:44), assim como no Porto de União, próximo a União da Vitória.

Segundo relato de Beaurepaire-Rohan este cacique ou capitão recebeu 200\$00 para isso e foi nomeado comandante dos índios que conseguisse reduzir. Recebeu também o título de Bugreiro oficial (Pinto Bandeira, 1851:394-395).

Ao retornar de suas andanças, Condá encontra sua gente sublevada em favor de Virí. Isso resultou no seu afastamento definitivo de Palmas para o Campo de Chopim onde passou a ocupá-lo com os seus partidários. Após isto mudou-se para o Aldeamento de Nonohay, no Rio Grande do Sul, onde continuou suas funções de bugreiro.

Em Palmas, sua atuação teria sido tão importante que, mesmo depois de seu falecimento, o Presidente da Província, Rodrigo Otávio de Oliveira, consagrou sua memória ao grande número de Kaingáng que a Província possuía em adiantado estágio de civilização.

Cacique Virí: teve também destaque no município de Palmas. Relatos nos contam que Virí fora obrigado a abandonar Guarapuava acompanhado de seu grupo devido à hostilidade com os fazendeiros da região.

Ele continuou, entretanto, suas funções de bugreiro, indo ocupar o cargo de Chefe do Aldeamento de Palmas, após a sua desavença com Condá, que se afastara do Aldeamento.

No posto de chefe, Virí exigiu das autoridades provinciais, soldo e distinções iguais às que recebera Victorino Condá.

Sua atuação foi muito importante, pois, assim como Condá, recebeu, após seu falecimento, a consagração do Presidente da Província pelo adiantado desenvolvimento da Povoação indígena (Pinto Bandeira, 1851:395-396).

Cacique Vaiton: foi chefe de índios selvagens que provavelmente comandava constantes ataques aos destacamentos de povoadores dos Campos de Palmas.

Não encontramos qualquer outra referência a seu nome ou a sua atuação.

Posto Indígena de Rio das Cobras: localiza-se na Região dos Campos de Guarapuava, no município de Laranjeiras do Sul. A população da Reserva do Rio das Cobras tem aproximadamente 1.250 pessoas distribuídas entre índios kaingáng e guarani, numa área de 16.800 has (Tempski, 1986:53). Segundo o mesmo autor e página aparece como reserva.

Os Kaingáng desta Reserva vivem em zonas que margeiam o Rio das Cobras, cobertas de campos a perder de vista e escassos pinheiros. A altitude local é de 900 m e a temperatura no inverno desce a 7 graus negativos, subindo no verão até 32 graus.

Segundo dados do CIMI (1979), o Posto Indígena de Rio das Cobras fica no município de Laranjeiras do Sul, Diocese de Guarapuava. Tem 5.500 has e 1.250 índios entre Kaingáng e Guarani; segundo a FUNAI sua área é de 16.800 has.

Cultivam batata-doce, abóbora, milho, legumes do mato, urtiga, etc. A pesca é intensa tanto no Rio das Cobras como nos demais afluentes. Incentivados pelo Posto, criam seus próprios animais como porcos e galinhas. Além disso prestam serviços assalariados na plantação e na criação de gado, o que é também controlado pelo Posto.

Apresentam aspecto físico saudável e as crianças índias recebem, muitas vezes, por intermédio do Posto Indígena Interventor Manoel Ribas, atendimento que permite uma alimentação mais farta e assistência educacional mais efetiva (Pires e Ramos, 1980).

No município de Laranjeiras do Sul anotamos a indicação “Campo do Bugre” sobre o Rio Chagú, acima de Salto Santiago que poderia ser o ponto mais exato de localização do Posto Indígena para o qual não temos outra referência locacional.

Quanto às chefias não encontramos dados; acreditamos serem vários, dado o número de índios.

Posto de Fioravante Esperança: provavelmente está localizado nas proximidades do Posto de Palmas, na região sudoeste do Paraná.

Através de documentos do início do século XVIII foi possível constatar que havia alguns elementos mestiços no meio da população kaingáng. Este fato

se deu basicamente em consequência das expedições que devastavam estes sertões, onde brancos e negros tomavam contato com a população kaingáng.

Lembramos também “que estes contatos, em parte favorecidos pela prática usual entre os Kaingáng do brinde de mulheres aos estrangeiros” (Loureiro Fernandes, 1955:895).

A partir do segundo quartel do século XIX esses contatos tornam-se periódicos entre ameríndios, brancos e negros e devem ser responsáveis por variações em alguns elementos da população. Na estatura registrou-se uma média de 1,63m, o que Loureiro Fernandes considera abaixo da média da humanidade remanescente da população indígena. É relatado que, embora haja caracteres como coloração de pelo, tipo de cabelo e formação labial que falem a favor da mestiçagem, existe também um conjunto de caracteres que revelam a constância do *stock* mongolóide na formação da população deste posto.

Em relação às chefias não encontramos dados.

Posto das Lontras: encontra-se localizado nas proximidades do Rio das Lontras, a uma distância de aproximadamente duas horas a cavalo da cidadezinha de Palmas, que até o final do século passado estava dentro da área desta cidade. Liga-se a ela por um estreito atalho de índios, que atravessa duas serras escarpadas e pedregosas.

O povoado é composto de pequenas casinhas de tábuas, que estão agrupadas ao redor de uma praça retangular, assim como uma construção um pouco maior, a Igreja, num dos lados. Essas construções foram feitas pela Comissão de Proteção aos índios prevendo, através de seus cálculos, que no “Toldo das Lontras e nos seus arredores viviam, em fins de março de 1933, 51 indivíduos do sexo masculino e 57 indivíduos do sexo feminino”.

Segundo Mansur Guerios (1942:98) a cultura espiritual branca também se sobressai à indígena, predominando as imagens de Santo Antônio, assim como a festa em sua homenagem, repleta de canções, pois “de tanto a gente ouvi os cantos dos portuguêsis, entra na cabeça e a gente canta”.

A existência da chefia neste toldo não é muito duradoura porque num século de existência passaram vários chefes pelo cargo. Com a morte do chefe um dos filhos o sucede, mas, caso haja recusa, a família perde para sempre qualquer direito à hereditariedade e o novo chefe será eleito entre os membros de outra família.

A seguir temos alguns dos chefes indígenas do Posto das Lontras como Virí, Serafim, José Canhafê Xôbim, José Tigre Penhumê, Capitão Jeremias Nhatekãn, Benedito Mendes Cóvele, Capitão Pedro Mendes Kôikang, Capitão Horácio e Capitão Domingos Mendes (Tadeu Mota, 1994:239-240).

Virí: foi um dos primeiros amansados pelos povoadores e provavelmente é o mesmo Virí já mencionado no Posto de Palmas.

Capitão Pedro Mendes Kôikang: já é de idade bem avançada, conforme menciona Baldus (1937:32-33) que, assim como Loureiro Fernandes, recebeu várias informações deste cacique, referentes aos costumes funerários quando esteve neste Posto. Lembra, de modo especial, as pinturas do rosto para a “Festa dos Mortos”.

Sobre os índios o chefe Kôikang diz: “não vivem mais de idéias (...) mas pensam em ganhar dinheiro”, o que bem mostra a situação do Posto.

Sobre os caciques Serafim, José Canhafê Xôbim, José Tigre Penhumê, Capitão Jeremias Nhatekãn, Benedito Mendes Cóvele, Capitão Horácio e Capitão Domingos Mendes não encontramos mais dados.

Posto Indígena de Xapecó (ou Chapecó): localiza-se no município de Xanxerê, no estado de Santa Catarina, com uma população de aproximadamente 1.328 indígenas (Coelho dos Santos, 1977:119). Esta área de terra anteriormente fazia parte dos Campos de Palmas, doados a grupos indígenas que, desde muito antes, já as ocupavam.

No entanto, uma série de Dispositivos Constitucionais e Atos Particulares retomaram estas terras para a União, em 1967, as quais legitimamente pertenciam, em posse e propriedade, àqueles grupos.

A história do Posto Indígena de Xapecó insere-se neste contexto, conforme observamos no relato de Coelho dos Santos (1977:80) e Tempski (1986:34), quando novamente é doada uma área de terra junto ao rio Chapecozinho pelo governo do Paraná, em 1902, através dos decretos nº 6 e 7, para efetivação deste aldeamento kaingáng. Com isso ficava reservada aos “coroados” uma área de terra compreendida a partir do Passo do Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o Passo do Rio Chopinzinho e, por estes dois, até onde eles fazem barra.

No Posto, a utilização dos recursos florestais, que existem em alguns casos, estão diretamente sujeitos à administração dos órgãos oficiais, assim como a possibilidade da utilização destas terras para o cultivo indígena. Em consequência disto muitos Kaingáng passam a vender sua força de trabalho para fazendeiros e colonos das vizinhanças, enquanto as terras agricultáveis são arrendadas para “civilizados” ou para a própria FUNAI.

Esta situação é precária não apenas no sentido econômico, mas também no que se refere a saúde, educação e trabalho, pois a assistência é mínima e depende de órgãos oficiais.

Ao considerar toda esta história e tradicional miséria, Ursula Wiesemann, missionária e lingüista, diz que “os Kaingáng são um povo morto de coração”.

Como cacique registramos Voicrê.

Voicrê. Foi durante a chefia deste cacique que os índios coroados receberam do Serviço Nacional de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, a devolução das terras onde se localiza o Posto.

Aldeamento da Serra do Chagú: Segundo Wanda Hanke (1947), que visitou o aldeamento, em 1940, em pesquisa de campo sobre o “*Vocabulario del Dialecto Caingangue de La Serra del Chagú*”, entrevistando principalmente o Tenente Pedrinho e o Capitão Pereira sobre sua língua, é que nos foi possível encontrar alguns dados para o aldeamento.

Acreditamos ter sido este seu possível nome, entretanto não o encontramos em mapas atuais das áreas indígenas do Paraná.

No período anterior ao século XIX existiu, por pouco tempo, um aldeamento denominado de Chagú. Se teve ou não, além do nome e da localização na mesma região, alguma ligação com este aldeamento do século XX não temos dados.

O Aldeamento localizou-se na Serra do Chagú, nos Campos de Guarapuava, entre os Rios Guarani e Pereira, não muito distante da área de Laranjeiras, o que hoje equivaleria às proximidades do Posto Indígena Rio das Cobras.

Nas vizinhanças do Posto e muitas vezes adentrando a área do mesmo, viviam algumas famílias de camponeses, de índios guarani e também de imigrantes poloneses. Entre os tantos moradores do Aldeamento, Hanke (1947:99)

menciona uma índia, a mais velha da tribo, chamada de Enkwaiksha, com seus 150 anos de idade “*que ya cinco veces vió la flor del Tacuarussú, floresciendo dicha especie de bambú cada 35 años*”.

Aponta também a família do tenente Pedrinho, composta por sua esposa e seus cinco filhos, dos quais dois são morenos, como os de sua raça e três são louros por serem albinos.

Os índios da Serra do Chagú são bem menos conservadores que os de Palmas (1947:100). Economicamente dedicam-se à criação de gado, à agricultura e à indústria. Desta última destaca-se o fabrico de abanadores, cestos e chapéus, que vendem aos brancos. Quanto aos antigos tecidos, que fabricavam com fibras de urtiga grande, já não usam porque a única índia (Enkwaiskshá), que sabia fazer, não enxerga muito bem para trabalhar.

Da cultura material ainda conservam de seus pais um instrumento lítico que era usado como arma de guerra contra os outros índios e os brancos. Consistia de uma lasca de pedra bastante grossa e pesada, que media aproximadamente uns 20 cm de largura, que era lançada com toda a força contra o inimigo até estourar-lhe o crânio. Mas no presente ela é usada apenas como mão de pilão para socar o milho.

Uma outra peça antiga, que ainda guardam, consiste numa cinta bem trançada que era usada para prisioneiros. O restante dos seus utensílios é moderno, assim como suas casas, construídas de madeira.

No tocante a religião todos são cristãos e procuram adaptar-se aos costumes dos brancos.

Quanto às chefias destacamos apenas o Capitão Pereira.

Capitão Pereira. Os únicos dados que conseguimos a respeito deste chefe o apontam como um velhinho de barba branca, que tinha muitos filhos, netos e outros parentes.

NO CENTRO ORIENTAL PARANAENSE

Posto Indígena de Ortigueira ou Queimadas: com o mesmo nome de Ortigueira são designados um Posto e um Aldeamento. O Posto tem 87 Kaingáng para 3.871 has e o Aldeamento tem 103 índios para apenas 899 has (Tempski, 1986:35).

Pelo número de habitantes e pela extensão territorial, assim como pelo próprio histórico de Ortigueira, acreditamos numa possível confusão.

A localização do município de Ortigueira, na zona fisiográfica do Tibagi, está entre os municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, ao norte; Cândido de Abreu e Reserva, ao sul; Araruva e Faxinal, a oeste; Criúva e Tibagi, a leste.

Segundo a História, em início do século XX, 1905, o sertão paranaense já fora vasculhado por colonizadores que, para tentarem a agricultura, fizeram “uma queimada num espesso taquaral seco. Plantaram feijão na queimada e tiveram ótimo resultado”.

Assim, atraídos pela fertilidade do lugar, entre os rios Tibagi e Ivaí, novas famílias de colonos chegaram a “Queimadas” que logo, 1912, passou a denominar-se “Vila de Queimadas”, com boa estrutura política, econômica e religiosa.

Queimadas mudou seu nome para Ortigueira em razão de seu homônimo na Bahia. Em 1951 criou-se “o município de Ortigueira com território desmembrado do município de Tibagi e parte do da Reserva”.

Ortigueira, em nossa opinião, teria sediado o Posto Indígena com o seu maior contingente na então localidade de Queimadas e o Aldeamento ou fração do mesmo teria sido denominado também de Ortigueira, no município do mesmo nome. Pensamos também que o taquaral seco que deu o nome Queimadas em razão de sua proximidade com os rios Monjolinho e Formigas, com mais ou menos 300 alqueires de terras, teria sido o Aldeamento inicial de Ortigueira, sobre o qual não encontramos mais referências (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959:343-345).

Boletim do CIMI, 1979, refere somente Posto Indígena de Queimadas no município de Ortigueiras, Diocese de Ponta Grossa. A área referida de 1.450 has é de 9.871 has segundo a FUNAI. A população é de 87 Kaingáng. Teria sofrido, segundo o mesmo CIMI, redução da área indígena como os outros cinco Postos: Apucarana, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha.

NO SUDOESTE PARANAENSE

Posto Indígena de Mangueirinha: está diretamente ligado à Conquista dos Campos de Palmas. Data de 1882. O Posto Indígena de Mangueirinha situa-se na confluência dos municípios de Mangueirinha, Coronel Vívica e

Chopinzinho. Tem 8.804 has e aproximadamente 974 índios entre Kaingáng e Guarani (Tempski, 1986:35).

Segundo Pires e Ramos (1980), seriam 316 Kaingáng e 93 Guarani, do total de 71 casas do Posto onde a autora estudou os mecanismos de identidade étnica, apenas entre os maridos e suas mulheres. Tempski apresenta dados um pouco diferentes.

O Posto de Mangueirinha teria se organizado com Kaingáng vindos de São Paulo segundo uns e, segundo outros, de um local denominado Taió dos Índios ou Covó, ao norte da Vila de Palmas. “Esse grupo só em 1882 foi envolvido pela civilização. Seus membros são os antepassados dos Kaingáng que constituem hoje o Posto Indígena de Mangueirinha”(Piza, 1937).

Todos porém são unânimes em afirmar que são os verdadeiros donos da Região por habitarem-na desde muitos anos. Na versão tribal os Kaingáng de Mangueirinha ocupavam essas terras “no tempo em que não havia nenhum morador ainda. Era só sertão”. Segundo as mesmas Pires e Ramos, conta-se que os índios dessa região, muitas vezes, serviram como guias ao Governo e como pagamento por seu trabalho lhe pediam terras, uma vez que com dinheiro não teriam o que comprar, conforme conta o antepassado kaingáng Major Cretan, cacique da área.

Essa situação gerou o apelo de vários historiadores frente à Sociedade nacional para darem a posse das terras aos índios já que a terra foi “comprada” por eles.

Quanto aos Guarani, chegaram, por sua vez, ao Posto de Mangueirinha aproximadamente 60 anos atrás. Vieram do Rio Grande do Sul e se dirigiam a São Paulo sob a chefia do “Capitão Gervásio”. Segundo o relato de seu filho mais novo, “aqui não morava nenhum Guarani, o primeiro que chegou foi meu pai” (Pires e Ramos, 1980:191). Outro grupo Guarani comandado pelo “Capitão Americano” foi morar no Arroio Butiá, que corta a reserva e é hoje indicado como divisa entre os Kaingáng e Guarani de Mangueirinha.

A história da terra índia de Mangueirinha poderia ser assim resumida: em 1949, durante o Governo do Marechal Dutra, o Ministério da Agricultura e o SPI, firmaram acordo com o Governo sob pretexto de reestruturar áreas indígenas no Estado do Paraná. Esta estratégia, no entanto, visava bem mais atender interesses de latifundiários do que dos próprios indígenas, conforme se

pode constatar pelo Decreto nº de 02.03.1903, que reduziu a área da Reserva de Mangueirinha de 15.840 hectares para 7.400 (Pires e Ramos, 1980:196).

A referida área foi medida pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração que subdividiu o Posto de Mangueirinha em três glebas. A área kaingáng (Gleba B), conhecida como Campina (Campina dos Índios ou ainda, Campina do Cretan), com 4.100 has, é a sede do Posto. A área guarani (Gleba A) com 3.300 has, é chamada de Palmeirinha e uma terceira área (Gleba C), transferida à Empresa Slaviero, com 9.000 has, possui a maior quantidade de madeira.

Pleiteada na Justiça pela FUNAI a retomada desta Gleba C, de direito indígena, não obteve ganho.

Outra colocação do cacique diz que “o Posto Indígena de Mangueirinha está dividido em duas partes. A primeira conhecida como Palmeirinha, está a uma distância de aproximadamente trinta quilômetros da sede do Posto e é habitada em sua maioria por índios guarani. A segunda parte, conhecida como Campina, abriga os Kaingáng e a Sede do Posto. Esta divisão não é absoluta, pois existem três famílias kaingáng morando em Palmeirinha, enquanto que em Campina encontramos uma família guarani, além de um indivíduo também guarani casado com uma mulher kaingáng, e que é uma das pessoas mais populares do Posto entre os índios e brancos” (Pires e Ramos, 1980:203-204).

Na década de 1950, outro grupo econômico tentara a ocupação de uma área de 500 hectares de terras kaingáng. O SPI conseguiu o embargo judicial do intento, mas o problema parece só ter sido resolvido quando os índios se mobilizaram, armados com pistolas e espingardas, em defesa do seu território. Nos anos seguintes se estabelecem contratos de arrendamento com o SPI, aos quais os índios sempre se opuseram.

Em 1970 os contratos não foram renovados por causa da chegada de um novo chefe ao Posto, implantando um projeto agrícola. De acordo com este, os índios são forçados a trabalhar em lavouras coletivas. Conseqüentemente criou-se um período de insegurança e falta de alimentos, que leva 45 famílias kaingáng a abandonarem a região, segundo as mesmas autoras. “Para quem conhece o apego dos Kaingáng à sua terra de origem, o fato de esse número de famílias saírem de suas terras é realmente impressionante”.

Outra ameaça às terras índias fica sob a responsabilidade dos próprios órgãos de interesse regionais, como a FUNAI e o D.G.P.I. (Departamento Geral de Patrimônio Indígena) (Pires e Ramos, 1980:198). Por meio deles se fazem algumas concessões, mas os Kaingáng são encaminhados à Prefeitura de Mangueirinha, enquanto que os Guarani são encaminhados à Prefeitura de Chopinzinho. O polo econômico para os Kaingáng e Guarani é a cidade de Coronel Vivida, assim como Pato Branco, que atua como verdadeiro centro político e econômico da região.

Os índios do Posto Indígena de Mangueirinha não ficaram isolados por muito tempo porque já em 22.12.1882 o Governo Imperial instala a Colônia Militar de Chopim (Pires e Ramos, 1980:189), que acreditamos tenha dado origem ao Posto Indígena de Chopim (Pires e Ramos, 1980:189-190).

Como chefe indígena para o Posto de Mangueirinha apontamos até o presente o Major Cretan, Angelo dos Santos Cretan, Chico Honório, João Vicente Capanema e como caciques guarani Gervásio e Capitão Americano.

Cacique Major Cretan: está mais ligado à instalação da Colônia Militar de Chopim. Por essa razão o descrevemos naquela Colônia.

Angelo dos Santos Cretan: é descendente em terceira geração do velho cacique Major Cretan. É mestiço, filho de mãe kaingáng pura; adotou o sobrenome kaingáng, Cretan, por se considerar bisneto do Velho Cretan, a quem se atribuiu a compra da área indígena.

Angelo dos Santos Cretan teve grande atuação no problema em prol da defesa da identidade étnica dos Kaingáng (Pires e Ramos, 1980:221). Isto se explicaria pela nomeação dada aos Kaingáng do Posto Indígena de Mangueirinha, distinguidos em Kaingáng puro e mestiço. No caso de ser mestiço, pai branco com mãe kaingáng pura, como no caso de Angelo, bisneto do Velho Cretan, seu nome será Angelo dos Santos Cretan, figurando pois o nome indígena posposto ao português; se puro, só menciona seu nome kaingáng.

Angelo dos Santos Cretan morreu em 29.01.1980 como conseqüência de uma emboscada armada pela família Pompeu, grande opositora dos índios, quando acompanhado de soldados do 3º Batalhão de Polícia Militar de Pato Branco. O fato se deu a umas 30 léguas do Posto (Pires e Ramos, 1980:221).

Cacique Chico Honório: é líder dos índios “puros” de Mangueirinha. Tem destaque também na situação de dar nome Kaingáng aos índios puros, isto é, aqueles relacionados aos antigos clãs em que se divide a sociedade kaingáng.

O Velho Chico Honório, ainda que não tenha nascido em Mangueirinha, mas em Palmas (Posto) é considerado puro porque era casado com uma mestiça de Mangueirinha e ter filhos também nascidos em Mangueirinha. Honório estava pois em consonância com os quatro pressupostos estabelecidos pelo grupo para ser puro, isto é: ser filho de pai e mãe kaingáng; falar o idioma kaingáng; ter nascido de preferência na reserva ou ter parentes aí, identificados como puros e, ter um nome kaingáng (Pires e Ramos, 1980:219-226).

Chico Honório foi um dos mais procurados pelos índios para dar “nome índio” a seus filhos. Quando as pessoas que o procuravam eram consideradas “mestiças” ele recusava nominar, alegando que eles não sabiam a marca do pai (das várias divisões kaingáng) e para os quais dizia:

“Olha, eu não posso ponhar um nome de índio, nome de mato, porque tem que ter o sinal do índio. Porque aquele sinal tem um nome e eu te digo o nome pra você e você não conhece. Agora, eu pergunto pra você: “Agora, o pai da criança, que pinta é a dele? Ah! nós não sabemos. Então também não posso ponhar”. Mas quando as crianças a ele apresentadas para lhes ser dado um nome Kaingáng são filhas de índio “puro” elas recebem um nome mesmo que os pais não saibam é, eu ponhei assim de qualquer jeito, pois não souberam me dizer se (a marca) era riscado, ou se era redondo (...) não souberam me contar” (Pires e Ramos, 1980:220).

João Vicente Capanema: é líder do Posto Indígena de Mangueirinha desde os tempos do SPI até o presente e ligado à FUNAI (Pires e Ramos, 1980:222-224).

Sua história nos diz que, logo da Instalação do Posto, nos tempos do SPI, perdeu, juntamente com a família kaingáng, a liderança autêntica que mantinha sobre os seus. A chefia do Posto fomentava a fragmentação do grupo, a fim de manipular mais facilmente seus membros, colocando no cargo de liderança pessoas muito idosas ou mesmo alguém sem iniciativa e que não contavam com o apoio do grupo.

Um dos grandes problemas de Capanema foi no tocante à identidade, de vez que a distinção da categoria “puro” e “mestiço” era muito importante no

contexto da Reserva. A maioria dos índios que se autodenominavam “puro”, não hesitavam em apontar a identidade “mestiça” ou “portuguesa”, conforme o caso exigia. Capanema, talvez para não enfraquecer mais a sua liderança, não aceita pelo chefe do Posto, defendeu seus direitos étnicos, jogando em sua mulher, “a mestiçagem Botocudo, Xokleng”; ela era mulata, nascida em Chopinzinho, sem qualquer parentesco indígena.

Capanema defendeu assim a identidade étnica baseada em pressupostos bem claros, numa prova evidente de manipulação existente ou permissível no grupo em decorrência de certas situações de interesse. A identidade exigia filiação kaingáng, domínio do idioma e parentes na reserva.

Capanema teve grande destaque na defesa das terras do Posto de Mangueirinha quando da divisão da área em três glebas. De modo especial quando reclama a saída dos Slaviero, da maior gleba. Capanema seria o chefe da Aldeia, onde admitiria Kaingáng e Guarani assim que as terras fossem devolvidas pela FUNAI. Ilusão de Capanema, porque se isto acontecesse, a administração estaria ao encargo da chefia leiga do Posto.

Com o nome Capanema localizamos uma cidade a Sudoeste do Paraná entre afluentes dos Rios Iguaçu e Santo Antonio, divisa com a Argentina. Assim como a Serra de Capanema, limite com Santa Catarina (Mapa Rodoviário do Paraná, 1985).

Chopim ou Colônia Militar de Chopim: rompeu o isolamento dos Kaingáng de Mangueirinha porque foi fundada em 22.12.1882 por determinação do Governo Imperial (Pires e Ramos, 1980:189). A colocamos em destaque por causa de sua importância no contexto kaingáng, onde está incisa.

Essa Colônia foi realmente instalada com o nome de “Coronel Santiago Dantas”, fundada por seu patrono, no lugar denominado “Chopim” (IBGE - Encic. Mun. Br., Vol. XXXI, 1959:110). Localizava-se entre os rios Campos Novos e Chopim, ambos afluentes do Iguaçu, margens direita e esquerda respectivamente. Sua população inicial, entre brancos e índios mansos, era de mais ou menos 60 indivíduos.

Na fundação da Colônia, os índios kaingáng foram engajados como “guias” mediante oferta de pagamento, que foi rejeitada pelo chefe “Cretan”, o

velho. Sua rejeição prendia-se ao fato de que aquelas terras eram de propriedade índia e por essa razão as reivindicavam para si e seus descendentes (Pires e Ramos, 1980:190).

A Colônia Militar de Chopim foi uma das primeiras organizações coloniais do Município de Palmas, assim como a de Chapecó. Ambas foram criadas pelo Decreto 2.502 de 16.11.1859, objetivando a defesa da fronteira contra as pretensões de troca do Governo argentino com relação aos rios Peperiguaçu e Santo Antonio pelos rios Chapecó e Chopim (Pires e Ramos, 1980:190). Objetivando também a proteção dos habitantes brancos próximos contra as correrias dos índios assim como atraí-los à domesticidade.

A Colônia Militar de Chopim evoluiu para o atual município de “Chopinzinho” pouco mais ao sul e por sua vez desmembrado do município de Mangueirinha (IBGE - Encic. Mun. Br, Vol. XXXI, 1959:110).

Como chefe da mesma, distinguimos o chefe nato Cretan.

Cacique Cretan: Major Cretan, como é citado, parece instalar uma dinastia cacical, a partir da Colonia Militar de Chopim. É bisavô de Angelo dos Santos Cretan, do Posto Indígena de Mangueirinha.

Teve destacada atuação na instalação da Colônia Militar, como antes dito, celebrizando-se pela recusa à oferta em dinheiro, dizendo que deixaria todo o ganho deles, nas expedições como guia, pela própria terra, afim de repassá-la a seus netos e bisnetos. Ante essa situação obteve do comandante branco a resposta “tá bom eu vou falar com o Governo lá no Rio de Janeiro e tal dia eu trago o mapa da terra e todos os papeis da terra. Então esta terra ficou medida”(Pires e Ramos, 1980:180).

Aldeamento de San Pedro: em Misiones, Argentina, foi historiado no século XIX com seus caciques, quando realmente se inicia.

Outros caciques: Ao fundamentarmos a Organização Política no problema da defesa das terras índias, se destacam alguns caciques nos mais diferentes momentos.

Relacionamos, a seguir alguns, e de forma sucinta, de vez que muitos outros aí destacados já foram biografados nos distintos momentos. Dessa releitura temos entre outros:

Cacique Tombu: poderia ser chefe de hordas kaingáng que ocupavam o Vale do Rio Tibagí. Dados sobre o mesmo estão in Organização Política, numa citação de Prado (1982:414).

Cacique Combró: também visto em Organização Política, dentro de uma possível linhagem cacical. É seu tataraneto o Cacique Paulino Arak-xó, já historiado no Posto Indígena de Ubá. Seus filhos são Cohí e Tandó.

Cacique Tandó: cuja paternidade é atribuída ao Cacique Paulino Arak-xó, também conhecido como Cacique Datuí. Tandó aparece numa situação de guerra; era chefe dos índios bravios em inícios do século XIX. Sobre sua atuação bem como a do cacique Duhí veja-se a citação de Borba *apud* Tadeu Mota (1994:246-248).

Cacique Iongong: tem atuação destacada no Atalaya e, de modo especial, nas expedições de reconhecimento dos Campos de Palmas às Missões do Rio Grande do Sul (Tadeu Mota, 1994:132).

José de Sá Sottomaior: foi um branco sobrevivente ao ataque de 22 de julho de 1832 a um acampamento de brancos nos Campos de São Pedro do Sul.

José teria crescido entre os índios e tornara-se chefe dos mesmos e teve cinco filhos com mulheres kaingáng. Veio a morrer nos sertões das Laranjeiras (Tadeu Mota, 1994:139).

Além destes, veja-se a listagem apresentada pelo mesmo Tadeu Mota, Capítulo VIII “Os Chefes Kaingáng” (1994:207-225). Na mesma relação constam alguns caciques já relatados em nosso estudo.

BIBLIOGRAFIA

- BALDUS, Herbert. O Culto aos mortos entre os Kaingáng de Palmas. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. Série 5ª. V. 101. Brasíliana. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife. p. 29-69. 1937.
- BALDUS, Herbert, GINSBERG, Aníela. Aplicação do Psico-Diagnóstico de Rorschach a Índios Kaingáng - O Kaingáng do Rio Ivaí e o emprego do teste. *Revista do Museu Paulista*. Nova série I. São Paulo.p. 75-206. 1947.
- BORBA, Telemaco M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná, em Tibagy. *Revista do Museu Paulista*, Vol. VI.p. 53-62, 1905.
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Áreas indígenas do Sul do Brasil. *Boletim*, 1979 (datiloscrito).

- COELHO DOS SANTOS, Silvio. Indígenas sobreviventes no sul do Brasil, Perspectivas para seu destino. *Anais do II Simpósio de Estudos Missionários*. Santa Rosa, RS, 1977. p. 118-138.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro. IBGE, 1959, Vol. XXXI, 513 p.
- ERMELINO DE LEÃO, Agostinho. Subsídios para o estudo dos Kaingangues do Paraná. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* São Paulo, v. 15.p. 223-252, 1910.
- HANKE, Wanda. Los indios Botocudos de Santa Catarina, Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense*, VI. Curitiba, 1947.p. 45-97.
- HANKE, Wanda. Vocabulário del Dialecto caingangue de la Serra do Chagú. Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense*, VI, Curitiba. 1947.p.99-106.
- HELM, Cecília Maria Vieira. Identidade étnica entre os índios Kaingáng do Paraná. *Estudos Brasileiros*. Publicação semestral do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal do Paraná. Ano 4, n. 7. Vol. 4, p. 72-91. 1979.
- HELM, Cecília Maria Vieira, MARCONDES CARNEIRO, Jussara Maria. O Projeto Kaingáng do Paraná. *Estudos Brasileiros*. Publicação Semestral do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal do Paraná. Ano 3, n. 6. vol. 3, p. 207-213. 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Editorial Presença. Lisboa. 1973. 151p.
- LOUREIRO FERNANDES, José. Os Caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*. Curitiba.n. 1, 1941.p. 161-209.
- LOUREIRO FERNANDES, José. Contribuição à antropometria e à hematologia dos Kaingáng do Paraná. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*. 1954, São Paulo, II, São Paulo. 1955.p. 895-898.
- MANSUR GUERIOS, Rosário Farina. Estudos sobre a língua Caingangue. Notas Histórico-Comparativas. (Dialeto de Palmas - Dialeto de Tibagi). *Arquivos do Museu Paranaense*, II. Curitiba. 1942.p. 97-177 e 154-177.
- MIRANDA DE MENEZES, Cinira. O Psico-diagnóstico miocínético aplicado a índios Kaingáng. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série VII. São Paulo. p. 343-356, 1953.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. Alguns dados para a história recente dos índios Kaingáng. *La Situación del Indígena en America del Sur*. Biblioteca Científica, Montevideo. 1971, p. 381-407
- NEI - Núcleo de Educação Indígena do Paraná. *Boletim NEI-Pr*. Ano 1, 1º semestre de 1994. 8 p.
- PINTO BANDEIRA, José. Notícia da descoberta dos Campos de Palmas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil*. 3ª série, n. 4. 385-396. 4º Trimestre de 1851
- PIRES, Maria Lígia Moura e RAMOS, Alcida Rita. Bugre ou índio: Guarani e Kaingáng no Paraná. Capítulo V. *Hierarquia e Simbiose. Relações Intertribais no Brasil*. Ed. Hucitec. São Paulo, 1980.p. 183-241.
- PIZA, Marcelo. Notas sobre os Caingángues. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. XXXV, São Paulo,p. 199-209, 1937.
- POLIMAPAS. Novo Mapa Rodoviário - político, turístico regional do Paraná, 1985. São Paulo, SP.

- PRADO, Nelson. Município de Tibagi. Estado do Paraná. *Historiadores do Paraná*. Curitiba: Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense - Banco do Estado do Paraná. Estante Paranista, 14. 1982. P. 397-422.
- PRIA, Ana Dalla. Reserva indígena Kaingáng. Londrina. Paraná. *Vídeo. Globo Rural, RBS, 1996*. (Transcrição)
- SCHADEN, Francisco S. G. Xokleng e Kaingáng - Notas para um estudo comparativo. *Revista de Antropologia*. VI.n. 2. São Paulo.p. 105-112, 1958.
- TADEU MOTA, Lúcio. *A guerra dos índios Kaingáng. A história épica dos índios Kaingáng no Paraná (1769-1924)*. Ed. da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Paraná. 1994. 275 p.
- TEMPSKI, Edwino Donato. *Caingangues, Gente do Mato*. Publicação do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XLIV, Curitiba, Imprensa Oficial, 1986, 380 p.
- VON IHERING, Hermann.. A civilização prehistórica do Brasil Meridional. *Revista do Museu Paulista*. Vol. I, São Paulo:p. 35-159. 1895.